Ata da primeira sessão do primeiro período ordinario realizada pela Câmara Municipal de Itabaiana em 26 de fevereiro de 1996.

Às onze horas do dia 26 de fevereiro de 1996 reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Itabaiana sob a presidencia do vereador Arnaldo Trajano de Araujo, tendo comparecido os seguintes vereadores: Edilson Andrade, Fernando Cabral de Melo, Breno de Sousa e Silva, Maria Auxiliadora Correia de Melo, Chidenor Teles de Almeida, Maria José Araujo, Benedito Nilton Henrique, Romualdo Francisco da Silva. O Presidente verificando o numero legal deu por aberto os trabalhos e mandou que se fizesse a leitura da Ata da sessão anterior que depois de lida e apreciada pelos vereadores presente foi a mesma posta em votação sendo aprovada por unanimidade. do expediente ainda constou de tres requerimento de nºs 01, 02 e 03/96 sendo o de nºs 01 e 03 de autoria do vereador Breno de Sousa e silva e o de nº 02/96 de autorias do vereador Edilson Andrade, uma Indicação nº 01/96 de autoria do vereador Fernando Cabral de Melo, e um Projeto de Lei nº 217/96 que reconhece de utilidade publica a Liga Espirita Seara do Bem e da outras providencias, de autoria do vereador Edilson Andrade. Após a leitura do expediente o Presidente franqueou a palavra ao vereador Fernando Cabral de Melo para que o mesmo explicasse sua Indicação. que no seu teor tem: Indico ao Sr. Prefeito Municipal as necessarias providencias para que seja implantada em nossa cidade um sistema de coleta de lixo escalonado, pois essa adoção dará ao municipio, uma demonstração de maturidade nesse campo. no entanto, carece que através de secretaria de Saúde, seja iniciado uma campanha educativa junto a população explicando as vantagens de uma coleta celetiva, cujos benefícios são de grande importância para a melhoria da saúde pública e do meio ambiente, pois saiba Itabaiana está sendo chamada de Feira do lixo isto é uma vergonha, uma cidade pólo como é a nossa, se cobrir o lixo. em seguida Ocupou a tribuna o vereador Breno, justificando seu Requerimento, dizendo que é um apelo ao Diretor da Limpeza Colasso Diniz, responsavel pela coleta do interior da cidade e ao Sr. Prefeito do lixo chefe do escritório regional do Governo (erca) no sentido de que a referida empresa cumpra o codigo Tributario do Municipio mais precisamente os Artigos 136 e 137 o que dispõe de uma taxa preventiva. que está violentamente desrespeitada, pois somente nos bastidores, que a repartição Municipal tem

um grande débito com a Saelpa e para saldar este débito o prefeito fez um acordo com a empresa em elevar o percentual da taxa da iluminação pública, dizendo o mesmo que estava sendo baseado no código tributário do Município, acredito eu que o Sr. Prefeito ao Criação a lei o código tributário porque na verdade a elevação da taxa é tão (grande) que não condiz com a realidade e a população é quem está sendo prejudicada pagando esse débito que não é nosso. Se a Prefeitura deve à Saelpa ela é quem tem obrigação de pagar e não a população, portanto vou providenciar uma divulgação convocando a população para vir a Câmara protestar. Ocupou a tribuna o Vereador Edilson dizendo que seu Requerimento é um apelo ao Deputado Efraim Morais e ao Dr. Osvaldo Balduino Guedes Filho, Coordenador Regional do Fundação Nacional da Saúde na Paraíba - no sentido de verificar a possibilidade de ser incluído no programação orçamentária do presente exercício a instalação de uma Usina de lixo em Itabaiana, a indicação do ver. Fernando Cabral vem em boa hora, pois a nossa cidade era Progressiva e tudo ou bom existia e veio um fracasso e a coleta cobrindo a de lixo dia é de passagem por todas as vias que dão acesso a cidade quanto ao Projeto de Lei 292/96, que vem reconhecer de utilidade pública a União Espírita Seara do Bem, que foi fundada em 13 de outubro de 1990 e é uma sociedade civil, religiosa e filantrópica que dispõe de seu estatuto, CGC, etc tudo legalizado e organizado. Peço ao Sr. Presidente que envie ofício aos demais vereadores para que os mesmos, compareçam as sessões e peço também para que estas matérias sejam incluídas na ordem do dia desta sessão. Em seguida o Presidente colocou em votação o Projeto de Lei 292/96 e o Requerimento ambos os quais foram aprovados por unanimidade. Voltou a Tribuna o Vereador Breno para justificar o Requerimento no sentido dizendo que é um veemente apelo ao Governador do Estado por Maranhão ao Diretor Presidente da Cagepa in Coelho Nogueira no sentido de que intervenha junto as Autoridades competentes, principalmente o DNOCS para que normalize a perenização do Rio Paraíba, como sabemos a população de Itabaiana tem sofrendo a mais de 30 dias sem água e é necessário uma providência imediata e que seja enviado ofício as autoridades citadas como também ao Deputado Fernando Melo em aparte Fernando Cabral solicitou que seja incluída nas correspondências o Sr. Eurídice Moreira que também é representante desta terra, comunicando o Orador concordou e disse como representante do povo deverão. Reservadas

pas soluções dos problemas que aflinge a nossa cidade. O Presidente colocou em votação o Requerimento nº 03/96 o qual foi aprovado por unanimidade. Finalizando o expediente foi franqueada a palavra - fez uso da palavra o Ver. Freire pedindo para que a Comissão de Serviços e Obras Públicas fiscalize a construção das casas populares que está sendo construidas no Juari, pois sabemos que as casas que estão sendo construidas é menor que a placa que lá foi colocada, pois veio dinheiro para a construção de casas e não de apiolas, caso a comissão nada se interesse o Presidente fará outra comunicação. O Presidente aproveitando a oportunidade para dizer o que realizou da sua administração, reforma do Plenário Ceramica na frente do Hédio, reforma do quadro da galeria dos ex-Presidentes, piso ladeira, armarios embutidos etc. que fazendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a sessão agradecendo a presença de todos e mandou que se lavrasse a presente ata que vai datada e assinada pelo Presidente, pelos secretários e demais vereadores. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Itabaiana em 26 de fevereiro de 1996.

Aprovado por unanimidade em 4-3-96
Arnaldo Prado de Lima